

500 QUESTÕES

SEAP-MA

INSPETOR DE POLÍCIA PENAL



CADERNO DE TREINAMENTO



QUESTÕES GABARITADAS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



SEAP-MA

500 questões gabaritadas

Inspetor de Polícia Penal

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	34

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

NOÇÕES DE HISTÓRIA DO MARANHÃO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	12

NOÇÕES DE GEOGRAFIA DO MARANHÃO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	12

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

SUMÁRIO



DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

DIREITOS HUMANOS

QUESTÕES.....	1
GABARITO	19

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16



1. (CEBRASPE - 2024)

Texto CB1A1-I

Gigantes das tecnologias digitais, como Apple, Google e Meta, além de bancos, seguradoras, agências de turismo e outras organizações, estão decididas a levar de volta sua força de trabalho para os ambientes convencionais de trabalho presencial.

Há muitos sinais de reocupação dos escritórios e limitação do trabalho remoto a apenas um dia da semana no chamado sistema híbrido.

Vários fatores explicam essa reversão. Em primeiro lugar, estão sendo reconsiderados os ganhos de produtividade do trabalho remoto encontrados nas primeiras avaliações. Com base em uma metodologia mais robusta, estudos recentes estão revelando que aqueles ganhos eram ilusórios. Quando se analisa com cuidado a relação entre a produção por hora trabalhada remotamente e a qualidade do trabalho realizado, os resultados decepcionam.

Em segundo lugar, está ficando cada vez mais claro que o trabalho remoto, realizado de forma isolada e sem interação social, empobrece o capital humano das empresas pela falta do *feedback* imediato e repetido que ocorre nas relações presenciais.

Depreciar o seu capital humano é o último desejo das empresas, que, em vista das transformações tecnológicas, precisam de pessoas que pensem bem e rápido para propor inovações no trabalho e que se ajustem rapidamente aos desafios crescentes dos negócios modernos.

Em terceiro lugar, pesquisas recentes têm mostrado que a falta do contato face a face de forma continuada é um sério inibidor da criatividade. As teleconferências por meio de plataformas virtuais não geram as boas ideias que, normalmente, emergem nas reuniões presenciais, em que todos se observam mutuamente e aproveitam o ambiente de interação social para somar, corrigir e inovar.

Finalmente, os pesquisadores descobriram o óbvio, ou seja, que os seres humanos não vivem só de produtividade, mas valorizam momentos felizes e agradáveis, que raramente ocorrem na solidão do trabalho remoto ou nos contatos fortuitos das reuniões virtuais.

José Pastore. A reversão do trabalho remoto. Internet

<correiobrasiliense.com.br> (com adaptações)

No último parágrafo do texto CB1A1-I, o vocábulo “fortuitos”

- (A) indica o modo como os contatos são mantidos virtualmente e tem o mesmo sentido do vocábulo inoperantes.
- (B) tem a mesma classificação gramatical que o vocábulo “raramente” e significa, no contexto em questão, aquilo que não foi planejado.
- (C) é empregado, no contexto em questão, como substantivo e seu sentido é pejorativo, expressando a inoperância das reuniões virtuais.
- (D) classifica-se gramaticalmente como adjetivo e poderia ser substituído, sem prejuízo dos sentidos do texto, por eventuais.
- (E) tem a mesma classificação gramatical e o mesmo sentido da palavra “ilusórios”, empregada no parágrafo.

**1. (CEBRASPE (CESPE) - 2026)**

Suponha que uma professora tenha constatado que, de seus vinte alunos, treze já haviam visitado o museu da cidade e quinze já haviam visitado o planetário. Nesse caso, o menor número possível de alunos que já visitaram tanto o museu quanto o planetário é

- (A) 8.
- (B) 7.
- (C) 5.
- (D) 2.
- (E) 0.

2. (CEBRASPE (CESPE) - 2026)

Considerando que um subconjunto A de números naturais seja formado por 15 múltiplos de 4, 8 múltiplos de 6, 3 múltiplos de 12 e 7 números ímpares, assinale a opção em que é apresentado o número total de elementos desse conjunto.

- (A) 18
- (B) 21
- (C) 24
- (D) 27
- (E) 30

3. (CEBRASPE (CESPE) - 2026)

Ao se avaliarem os resultados obtidos em certa área de reflorestamento, verificou-se que 58% das espécies ali plantadas não se adaptaram satisfatoriamente ao clima, enquanto as restantes se adaptaram. Verificou-se, também, que 54% das espécies não realizaram satisfatoriamente a captura de CO₂, mas as restantes, sim.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção em que é apresentado o menor percentual possível de espécies que simultaneamente se adaptaram satisfatoriamente ao clima e realizaram satisfatoriamente captura de CO₂.

- (A) 0%
- (B) 4%
- (C) 12%
- (D) 42%
- (E) 46%

4. (CEBRASPE (CESPE) - 2026)

Suponha que uma pesquisa realizada com um grupo de 350 policiais militares revele que, entre estes, 200 já estudaram em instituições de ensino públicas e 200 já estudaram em instituições de ensino particulares.



Noções de História do Maranhão

1. (2026)

No início do século XVII, a expedição francesa comandada por Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, tentou estabelecer uma colônia no território maranhense. Considerando os objetivos e as características dessa iniciativa colonial, assinale a alternativa correta.

- (A) A expedição pretendia estabelecer uma colônia holandesa dedicada exclusivamente à exploração mineral.
- (B) A iniciativa ocorreu após a expulsão definitiva dos portugueses do litoral brasileiro.
- (C) A França Equinocial representou uma tentativa francesa de estabelecer uma colônia em terras maranhenses.
- (D) O empreendimento francês foi organizado pelo governo espanhol durante a União Ibérica.
- (E) A expedição teve como principal objetivo apoiar a independência política do Maranhão.

2. (2026)

A fundação de São Luís está diretamente relacionada às disputas coloniais entre franceses e portugueses no início do século XVII. De acordo com o processo histórico apresentado no material, assinale a alternativa correta.

- (A) O Forte de São Luís foi fundado pelos franceses, em 1612, e recebeu esse nome em homenagem ao rei Luís XIII da França.
- (B) A cidade de São Luís foi fundada pelos holandeses durante a ocupação ocorrida entre 1641 e 1644.
- (C) A fundação da cidade ocorreu somente após a Revolta de Bequimão, no final do século XVII.
- (D) São Luís surgiu como uma missão religiosa destinada exclusivamente à catequização indígena.
- (E) A cidade foi fundada por Jerônimo de Albuquerque antes da chegada dos franceses ao Maranhão.

3. (2026)

A Batalha de Guaxenduba, ocorrida em 19 de novembro de 1614, constituiu um episódio decisivo nas disputas pelo controle do Maranhão. Sobre esse confronto, assinale a alternativa correta.

- (A) A batalha resultou na vitória francesa e na consolidação da França Equinocial.
- (B) O confronto ocorreu entre portugueses e holandeses pelo controle de São Luís.
- (C) A batalha foi travada durante a Revolta de Bequimão e resultou na derrota dos colonos.
- (D) Os portugueses foram derrotados e abandonaram definitivamente o território maranhense.
- (E) A vitória portuguesa dificultou a continuidade do projeto expansionista francês no Maranhão.

4. (2026)

Entre 1641 e 1644, o Maranhão foi ocupado pelos holandeses, inserindo-se no contexto das disputas europeias pelo domínio das áreas coloniais brasileiras. Segundo o material, esse período foi marcado:

- (A) pela concessão de ampla autonomia política e econômica aos habitantes locais.
- (B) pela exploração dos recursos regionais e pela imposição de uma administração colonial estrangeira.



Noções de Geografia do Maranhão

1. (2026)

O Maranhão apresenta características naturais, econômicas e culturais relacionadas tanto à Região Norte quanto à Região Nordeste. Considerando a localização geográfica e a diversidade paisagística do estado, assinale a alternativa correta.

- (A) O Maranhão integra oficialmente a Região Norte e apresenta paisagens exclusivamente amazônicas.
- (B) O território maranhense encontra-se inteiramente inserido no semiárido nordestino, sem influência amazônica.
- (C) O Maranhão situa-se em uma faixa de transição entre a Amazônia e o Nordeste, reunindo floresta amazônica, cerrado, matas de transição e formações litorâneas.
- (D) A posição geográfica do Maranhão impede a ocorrência de formações vegetais típicas do Centro-Oeste.
- (E) O estado apresenta uniformidade climática e paisagística em razão de sua pequena extensão territorial.

2. (2026)

A extensão territorial do Maranhão contribui diretamente para a diversidade de suas paisagens naturais e atividades econômicas. De acordo com os dados apresentados no material, assinale a alternativa que caracteriza corretamente o território estadual.

- (A) Possui área aproximada de 329.651,463 km² e constitui o maior estado em extensão territorial da Região Nordeste.
- (B) Possui área inferior a 200 mil km² e ocupa a última posição territorial entre os estados nordestinos.
- (C) É o maior estado brasileiro e corresponde a mais da metade do território da Região Nordeste.
- (D) Apresenta dimensão territorial semelhante à do Distrito Federal, com elevada concentração populacional.
- (E) É o segundo menor estado do Nordeste, superando apenas Sergipe.

3. (2026)

Os limites territoriais do Maranhão utilizam tanto referências naturais quanto convenções político-administrativas. Sobre as fronteiras maranhenses, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao norte, o Maranhão limita-se exclusivamente com o Pará.
- (B) A leste, o Maranhão faz fronteira com o Ceará, tendo o rio Tocantins como referência.
- (C) Ao sul, o estado limita-se com Goiás e com a Bahia.
- (D) A oeste, a divisa com o Pará acompanha, em grande parte, o curso do rio Gurupi.
- (E) O estado não possui saída para o Oceano Atlântico.

4. (2026)

O litoral do Maranhão possui grande importância ambiental e econômica, abrigando manguezais, baías, campos de dunas e complexos portuários. Segundo o material, esse litoral:

- (A) é o menor do Brasil, com menos de cem quilômetros de extensão.
- (B) estende-se por aproximadamente 640 quilômetros e é um dos mais extensos do país.



1. (CEBRASPE (CESPE) - 2023)

Considere-se que Sara precise escrever um resumo para uma atividade escolar.

Nessa situação, se Sara utilizar o Microsoft Word 2016 para realizar a tarefa e salvar o arquivo, esse arquivo será salvo, por padrão, na extensão

- (A) .xlsx.
- (B) .txt.
- (C) .docx.
- (D) .pptx.

2. (CEBRASPE (CESPE) - 2021)

No MS Word, é possível, em um documento em edição, atribuir ao texto e a títulos das partes, capítulos ou itens, uma configuração padrão, como numeração, tamanho e tipo da fonte. Essa função está disponível na opção da guia Página Inicial do Word

- (A) Fonte.
- (B) Numeração.
- (C) Layout da página.
- (D) Estilos.
- (E) Parágrafo.

3. (CEBRASPE (CESPE) - 2021)

No MS Word, para seguir fazendo alterações, em um documento existente, sem modificar o arquivo original, deve-se clicar o menu

- (A) Salvar arquivo a cada alteração realizada.
- (B) Salvar como e informar outro nome de arquivo e, em seguida, fazer alterações nessa nova versão.
- (C) Salvar após terem sido realizadas as alterações no documento original.
- (D) Exportar arquivo para ser criado outro formato e não alterar o original.

4. (CEBRASPE (CESPE) - 2021)

Considere que três usuários estejam modificando um documento editado pelo Microsoft Word, na sua última versão, e que seja necessário impedir alterações de formatação nesse documento. Para isso, deve ser usado o recurso

- (A) Restringir Edição.
- (B) Mostrar Marcação.
- (C) Controlar Alterações.
- (D) Verificar Acessibilidade.

**1. (CEBRASPE - 2026)**

Assinale a opção em que são apresentados os princípios fundamentais da administração pública que decorrem da bipolaridade do direito administrativo (liberdade do indivíduo e autoridade da administração pública), a partir dos quais se constroem todos os demais.

- (A) moralidade e publicidade
- (B) legalidade e impessoalidade
- (C) moralidade e eficiência
- (D) publicidade e eficiência
- (E) legalidade e supremacia do interesse público sobre o particular

2. (CEBRASPE - 2026)

Assinale a opção **correta** no que se refere ao regime constitucional-administrativo.

- (A) A publicidade de atos, programas, obras e serviços dos órgãos públicos pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- (B) Os atos de improbidade administrativa produzem exclusivamente efeitos patrimoniais, vedada a suspensão de direitos políticos.
- (C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa.
- (D) A inobservância da exigência de concurso público gera mera anulabilidade do ato, sanável pela confirmação posterior da autoridade competente.
- (E) As reclamações relativas à prestação de serviços públicos independem de disciplina legal, por serem direito fundamental de aplicação imediata.

3. (CEBRASPE - 2025)

A atuação ética do servidor público deve estar pautada por princípios constitucionais implícitos e explícitos aplicáveis à administração pública. Assinale a opção em que é apresentado um princípio explícito da administração pública.

- (A) subjetividade
- (B) impessoalidade
- (C) proporcionalidade
- (D) conveniência
- (E) supremacia do interesse privado



1. (CEBRASPE - 2024)

A respeito da classificação das constituições, assinale a opção **correta**.

- (A) A constituição material está necessariamente inserida na formal, de modo que não pode haver norma materialmente constitucional fora da lei fundamental.
- (B) São consideradas analíticas ou prolixas as constituições extensas, que não se limitam a tratar de conteúdos materialmente constitucionais, sendo exemplo desse gênero a Constituição Federal de 1988.
- (C) A constituição material é o conjunto de regras e princípios que tratam de direito substantivo, em oposição à constituição formal, que reúne as regras de direito adjetivo.
- (D) Quanto ao processo de reforma, uma constituição é classificada como rígida quando não admite modificação.
- (E) A constituição histórica é fruto de evento revolucionário, como é o caso da Constituição francesa de 1791.

2. (CEBRASPE - 2024)

Com base na teoria constitucionalista brasileira clássica e majoritária, assinale a opção correta no que diz respeito à classificação das constituições.

- (A) A constituição material, em sentido estrito, designa as normas constitucionais inseridas em um documento escrito que regula a estrutura do Estado e os direitos fundamentais.
- (B) As constituições rígidas são aquelas que não admitem a alteração do seu texto.
- (C) As constituições promulgadas são aquelas impostas por um grupo detentor do poder, por meio de um processo autoritário.
- (D) As constituições dogmáticas podem ser escritas ou não escritas, tais como as históricas ou costumeiras.
- (E) A constituição cesarista é aprovada por meio de plebiscito popular, o qual ratifica um texto constitucional elaborado pelo detentor do poder.

3. (CEBRASPE - 2021)

No que se refere à doutrina majoritária, assinale a opção **correta** acerca das constituições e suas classificações.

- (A) A constituição sistematizada em ideias e princípios fundamentais de teoria política e do direito dominante no momento de elaboração é classificada como formal.
- (B) A constituição rígida não pode ser modificada pelo poder constituinte derivado ou reformador.
- (C) A constituição outorgada, que passa por um processo de consulta ao eleitorado para revesti-la de aparente legitimidade, é classificada como pluralista.
- (D) Constituição, em sentido jurídico, pode ser definida como aquela que diz respeito à forma de estado, à forma de governo, aos órgãos do poder e à declaração dos direitos individuais.
- (E) A Constituição Federal de 1988 é classificada como formal, escrita, analítica, dogmática, promulgada e rígida.

**1. (CEBRASPE - 2022)**

Em termos de interpretação da lei penal, quando se encontram na legislação expressões como “qualquer outro meio”, “qualquer outra vantagem”, “outro recurso” ou “qualquer outro meio fraudulento”, por exemplo, tais preceitos serão supridos por

- (A) analogia.
- (B) interpretação progressiva.
- (C) interpretação autêntica.
- (D) interpretação analógica.
- (E) interpretação declarativa.

2. (CEBRASPE - 2024)

Com relação à aplicação da lei penal no tempo, assinale a opção correta, considerando o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

- (A) Aplica-se a pena mais branda quando o crime for continuado e surgir lei posterior mais gravosa que a vigente à época do início da continuidade.
- (B) Admite-se a conjugação de partes de uma lei, criando-se uma *lex tertia* a ser aplicada ao caso concreto.
- (C) Aplica-se a retroatividade da lei penal mais benéfica quando houver evolução de entendimento jurisprudencial mais benéfico.
- (D) Lei penal intermediária mais favorável ao réu, com vigência entre a data do fato criminoso e a data da respectiva sentença condenatória, não terá qualquer relevância para aplicação no direito penal brasileiro.
- (E) No caso de lei posterior que beneficie, em parte, o acusado e, em outra, o prejudique, deve o juiz da causa ou da execução aplicar, em sua integralidade, a lei que seja mais benéfica.

3. (CEBRASPE - 2021)

No direito penal brasileiro, a retroatividade de lei nova que deixa de considerar um fato como criminoso

- (A) é vedada, conforme a Constituição Federal de 1988.
- (B) não cessa os efeitos penais da condenação.
- (C) extingue a punibilidade do agente.
- (D) não se aplica a fatos transitados em julgado.
- (E) torna a lei anterior excepcional ou temporária.

4. (CEBRASPE - 2025)

Com base no disposto no Código Penal brasileiro, assinale a opção correta.

- (A) A sentença estrangeira que condena um brasileiro pode ser homologada no Brasil para obrigá-lo a reparar o dano, independentemente de pedido da parte interessada.
- (B) A lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente aplica-se aos fatos anteriores, salvo se, por fato atribuível à defesa, o trânsito em julgado for postergado por manobras protelatórias.



1. (CEBRASPE - 2022)

Em relação aos sistemas processuais penais e aos seus princípios reitores, assinale a opção correta.

- (A) A efetividade da repressão criminal do sistema acusatório cabe especialmente ao órgão julgador, responsável pela aplicação da pena no caso concreto.
- (B) No sistema acusatório, o legislador admite que a imparcialidade judicial esteja comprometida com um objetivo considerado mais importante.
- (C) O modelo ideal de sistema acusatório é previsto em instrumento normativo internacional, a partir de critérios uniformes definidos pela doutrina processual.
- (D) A crítica ao sistema inquisitivo está relacionada à sua falta de rigor quanto à certeza de repressão dos fatos contrários à ordem social.
- (E) A decisão sobre o sistema que deverá ser implantado em determinado país pressupõe uma definição prévia, por parte do legislador, de alguns critérios de política criminal, entre os quais está o grau de eficiência da repressão.

2. (CEBRASPE - 2025)

A respeito da fase pré-processual e da natureza jurídica e funcional do inquérito policial, assinale a opção correta.

- (A) O inquérito policial visa obter elementos mínimos acerca de uma conduta criminosa e, por isso, deve sempre servir de fundamento para a propositura de uma ação penal.
- (B) O inquérito policial é um procedimento administrativo inquisitivo que tem por finalidade a aplicação da sanção penal ao indiciado.
- (C) Em razão da natureza inquisitiva do inquérito, não se admite a requisição de diligências pelo indiciado diretamente à autoridade policial.
- (D) O inquérito policial pode ser instaurado mediante provocação do ofendido ou de seu representante legal, porém nunca de ofício.
- (E) O delegado de polícia poderá, conforme o caso, deixar de instaurar inquérito policial, mesmo diante de notícia criminis, se verificar ausência de elementos mínimos que indiquem materialidade e autoria.

3. (CEBRASPE - 2025)

Acerca da disciplina do inquérito policial no processo penal brasileiro, assinale a opção correta.

- (A) A autoridade policial poderá, de ofício, instaurar inquérito nos crimes de ação privada se houver prova da autoria e da materialidade, comunicando o fato ao Ministério Público.
- (B) A autoridade policial assegurará o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade, sendo vedada a menção, em atestado de antecedentes, à mera existência de inquérito em curso.
- (C) O Ministério Público pode devolver os autos do inquérito à autoridade policial quantas vezes entender necessárias, inclusive para complementação genérica de provas, antes do oferecimento da denúncia.



1. (FGV - 2026)

Foi encaminhada *notitia criminis* a uma unidade da Polícia Civil do Estado Alfa argumentando com a possível configuração de uma situação de assédio moral no fato de os pais do adolescente X terem escolhido o gênero de instrução a ser ministrado a ele. Para sustentar a ilicitude da conduta, foi afirmado, entre outros argumentos, que ela era dissonante da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Ao avaliar o enquadramento, ou não, da situação descrita em um tipo penal, o Delegado de Polícia observou corretamente que a DUDH

- (A) assegurou aos pais a prioridade na realização da escolha referida na *notitia criminis*.
- (B) dispôs que deveria ser assegurado o melhor interesse da criança, não assegurando aos pais o direito de realizar essa escolha.
- (C) não incursionou nessa temática, que veio a ser abordada no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- (D) afastou a liberdade de escolha dos pais, quanto ao gênero de instrução, quando o Poder Público assegurar o direito à educação de maneira gratuita.
- (E) assegurou à criança e ao adolescente o direito de escolher o gênero de instrução, competindo ao órgão estatal competente decidir caso haja divergência com os pais.

2. (FGV - 2026)

Maria, pessoa integrante de um grupo historicamente excluído, sustentou em evento público, no qual se encontravam autoridades de distintos poderes e níveis federativos, que “a construção da igualdade material é uma determinação expressa da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)”, de modo que sua efetivação consubstancia obrigação do Poder Público.

No que se refere ao teor da assertiva de Maria é correto afirmar que a DUDH, considerando os seus termos,

- (A) adota a igualdade material como referencial do justo.
- (B) determina a implementação de ações afirmativas em relação a pessoas que se encontrem na situação de Maria.
- (C) menciona a igualdade em sentido lato, não adotando a dicotomia entre igualdade formal e igualdade material.
- (D) vê a igualdade como ínsita à condição humana, não a prevendo como direito autônomo, mesmo em relação a pessoas na mesma situação de Maria.
- (E) somente preconiza a igualdade material em relação à necessidade de serem construídos os direitos da mulher, que deve receber tratamento mais benéfico que o homem.

3. (FGV - 2024)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) — Resolução 217-A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948 constitui parâmetro mínimo para a proteção dos direitos humanos em âmbito mundial.

Sobre esse documento, assinale **V** para a afirmativa verdadeira e **F** para a falsa.

() A DUDH é o primeiro tratado internacional firmado pelo Brasil, o qual defendeu a sua aprovação na reunião da ONU.



1. (CEBRASPE - 2025)

Considerando o disposto na Lei federal n.º 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, assinale a opção correta.

- (A) A celebração de acordo de leniência e a efetiva colaboração com as investigações eximem a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado ao erário.
- (B) A apuração da responsabilidade de pessoa jurídica deve ser realizada por comissão constituída pela autoridade instauradora, com, pelo menos, 3 servidores estáveis ou não, e concluída no prazo máximo de 180 dias.
- (C) Essa lei é inaplicável aos atos lesivos praticados contra o patrimônio público estrangeiro.
- (D) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou as consorciadas respondem subsidiariamente pela prática dos atos lesivos contra o patrimônio público nacional.
- (E) Na esfera cível e administrativa, a pessoa jurídica responde de forma objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

2. (CEBRASPE - 2021)

A sociedade empresária Brothers, sediada na Suíça, é representada no Brasil por José e controladora da pessoa jurídica Irmãos Ltda., que foi constituída e está sediada no estado do Rio de Janeiro. A sociedade Brothers determinou a funcionários da empresa controlada que adotassem medidas para dificultar a realização de fiscalização por auditores federais da Receita Federal do Brasil.

Considerando essa situação hipotética e os termos da Lei n.º 12.846/2013, assinale a opção correta.

- (A) A sociedade empresária Brothers, por ser sediada na Suíça, não está submetida às regras da lei em questão.
- (B) Em razão de os funcionários serem da empresa Irmãos Ltda., a empresa Brothers não poderá ser responsabilizada.
- (C) A fixação da multa terá por base percentual do faturamento líquido da controladora.
- (D) A sociedade empresária Brothers poderá responder solidariamente com a Irmãos Ltda. pelos atos praticados.
- (E) A mera oposição de dificuldade não constitui hipótese de responsabilização pela lei.

3. (CEBRASPE - 2023)

Determinada sociedade empresária fraudou contrato administrativo decorrente de licitação pública celebrado com certa secretaria de estado.

Nessa situação hipotética, conforme a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), o processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica

- (A) será instaurado pela autoridade máxima do órgão envolvido, sendo vedada a delegação da competência para essa instauração.
- (B) poderá ser julgado por autoridade delegada para tanto, sendo vedada a subdelegação da competência para o julgamento do processo.
- (C) impede que ocorra a fusão, a incorporação ou a cisão societária até que seja devidamente apurada a responsabilidade.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!